

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 16/09/2019

- [Justiça Restaurativa completa quatro anos de atuação na Infância e Juventude](#)
- [Número de socioeducandos matriculados na rede estadual de ensino cresce nos últimos quatro anos](#)

Assunto: Justiça Restaurativa completa quatro anos de atuação na Infância e Juventude

Fonte: Tribunal de Justiça de PE

Data: 16/09/2019



O resgate da convivência pacífica no ambiente afetado por um ato infracional em especial nas situações em que o autor do fato e a vítima têm uma convivência próxima, que pode ser projetada para o futuro. Esse é o objetivo do programa Justiça Restaurativa, desenvolvido pela Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), e que completa quatro anos este mês. O foco é a mediação do conflito gerado pelo ato infracional.

O público-alvo da iniciativa são adolescentes em conflito com a lei, vítimas, suas famílias e comunidades. Na prática, há a promoção de encontros entre as pessoas envolvidas no ato infracional com o objetivo de propiciar a compreensão mútua dos sentimentos do outro, tornando a convivência mais tranquila. A ação está destinada aos atos infracionais que tramitam na Justiça da Infância e Juventude. Participam da ação adolescente, vítima, familiares das partes envolvidas e agentes do Estado.

Nos processos judiciais, as sessões restaurativas são realizadas em três etapas: pré-círculo, que é o momento de preparação e de escuta dos participantes; círculo, é o encontro propriamente dito, quando as partes vão dialogar sobre o conflito e o que farão para transformar a situação; e o pós-círculo, que é o acompanhamento dos acordos firmados no círculo. Nos quatro anos de atuação, participaram das sessões restaurativas 452 pessoas, das quais 128 adolescentes em conflito com lei, as demais fazem parte da família. Dos adolescentes que participaram da ação, só três reincidiram, o que corresponde a um índice de 94% de eficácia.

“É patente a mudança dos adolescentes autores de atos infracionais com o desenvolvimento do projeto, principalmente porque eles passam a projetar um futuro. É um trabalho em conjunto

entre Judiciário estadual, profissionais ligados à socioeducação, adolescentes, familiares e comunidade. O que precisamos é expandir cada vez mais essa iniciativa em locais como as escolas, que seria uma forma de prevenção à prática de atos infracionais. A prática restaurativa promove a inclusão e a responsabilidade social”, afirma o coordenador da Infância e Juventude de Pernambuco, desembargador Luiz Carlos Figueiredo.

A realização da sessão restaurativa é possível quando as partes envolvidas assumem espontaneamente as suas responsabilidades ou os seus direitos perante os acontecimentos, além de manifestarem a concordância em participar do círculo restaurativo. Caso os envolvidos optem em não participar do programa, o processo continua pelo método convencional, podendo resultar em liberdade assistida, regime semiaberto ou internação em unidade do sistema socioeducativo.

“Os facilitadores que trabalham nas sessões são profissionais treinados e capacitados, cuja missão é garantir o cumprimento das regras estabelecidas pelo grupo que compõe o círculo restaurativo, além disso, zelam para que o diálogo aconteça com segurança, respeito mútuo, paz e dignidade”, especifica a analista judiciária Hebe Pires Ramos, membro do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa para a área da Infância e Juventude. Os acordos celebrados entre os participantes, com a ajuda dos facilitadores, devem respeitar os limites da lei para que gerem efeitos no processo convencional.

Para a juíza da 4ª Vara da Infância e Juventude da Capital, Sílvia Amorim, que participa da iniciativa desde o início, em setembro de 2015, a Justiça Restaurativa alcança bons resultados porque as próprias partes envolvidas no fato encontram uma solução para o conflito. “Quando os envolvidos num conflito acham uma forma de superá-lo, muitas vezes com o resgate de laços afetivos com familiares, o resultado é muito mais efetivo do que numa sentença imposta. Se sentir acolhido pela comunidade muda a perspectiva de futuro e dá início a um processo de transformação de ações, resgatando a paz e reduzindo o tempo de duração do trâmite processual, desafogando o Judiciário. O acordo tem valor de sentença e finaliza o conflito”, afirma a magistrada.

O juiz da 3ª Vara da Infância e Juventude da Capital, Paulo Brandão, destaca também a restauração dos vínculos afetivos como o ponto principal para o sucesso da iniciativa. “Ou se investe no diálogo, na escola e na família, ou vamos ‘enxugar gelo’ no Judiciário. O processo que resulta na medida judicial de internação, no regime fechado, se configura medida excepcional, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A saída está no consenso, na consciência do adolescente assumir o que fez e ele se dispor a mudar. É preciso agir com o adolescente no processo de restauração da sua cidadania, resgatando sua autoestima”, avalia o magistrado.

Sobre o projeto – A iniciativa é um serviço oferecido pela Coordenadoria da Infância e Juventude do TJPE, desenvolvido inicialmente para atender adolescentes em conflito com a lei. Foi ampliado para atuação na área protetiva, nas ações de guarda de competência da Infância e Juventude para melhoria da convivência familiar, como também há atuação na prevenção de violência nas escolas por meio do Projeto Escola Legal Cultivando a Cultura da Paz. A proposta é assegurar a dignidade da pessoa humana e dos demais princípios em especial, os da voluntariedade, da corresponsabilidade, da reparação dos danos, e do atendimento às necessidades de todos os envolvidos.

Parcerias – A ação é desenvolvida em parceria com o Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do TJPE; o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

(Nupemec/TJPE); o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco; Projeto Cica Cidadania; Ministério Público de Pernambuco; Defensoria Pública de Pernambuco; Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj); Governo do Estado de Pernambuco, com as secretarias de Educação e Desenvolvimento Social e Criança e Juventude; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca/PE); Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica/Recife); Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase/PE); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Município de Olinda, com as secretarias de Educação e de Assistência Social; Faculdade de Olinda (Focca); e Instituto Papai.

Assunto: Número de socioeducandos matriculados na rede estadual de ensino cresce nos últimos quatro anos

Fonte: Governo do Estado de PE

Data: 16/09/2019



A educação formal na Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase) tem atraído o interesse de cada vez mais adolescentes da instituição. O índice de socioeducandos matriculados nas escolas da rede pública estadual existentes nas 11 unidades de internação do Estado subiu nos últimos quatro anos, passando de cerca de 40%, em 2015, para 90%, atualmente. A melhoria dos resultados acontece em um cenário de integração maior entre a Funase e a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE), responsável pelas unidades de ensino. A meta é que, até dezembro, 100% dos jovens atendidos estejam em sala de aula.

A Funase atende 840 socioeducandos em internação. As vivências deles na escola têm gerado resultados de referência nacional e internacional. Em 2014, por exemplo, a Escola Frei Jaboatão, que funciona no Centro de Atendimento Socioeducativo (Case) Jaboatão dos Guararapes, foi agraciada com o Prêmio Innovare, o maior da Justiça brasileira. A mesma instituição passou a fazer parte da Rede PEA-Unesco em 2015, sendo a única voltada a adolescentes em privação de liberdade no Brasil a participar de um rol de mais de 580 associadas. No início de 2019, uma aula de ciências ministrada em intercâmbio com uma escola europeia teve menção da ONU France et Monaco no Twitter. Na ocasião, socioeducandos aprenderam a fabricar detergente caseiro não poluente.

“O Brasil e o mundo reconhecem Pernambuco como um exemplo de educação pública de qualidade. No Governo Paulo Câmara, esses indicadores estão melhorando com muito esforço, investimento e compromisso. A motivação que vemos em toda a rede estadual está presente também entre os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, que têm acesso a oportunidades a partir das experiências dentro de sala de aula, por meio trabalho de quem está na ponta”, avalia o secretário estadual de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude, Sileno Guedes, responsável pela pasta à qual a Funase está vinculada.

A integração entre setores governamentais é um dos fatores positivos na execução da política pública. Um desses momentos foi o 2º Encontro de Pedagogos da Funase em 2019, realizado no Centro de Formação dos Servidores e Empregados Públicos de Pernambuco (Cefospe). Além dos profissionais da instituição, compareceram professores e coordenadores pedagógicos da SEE, que atuam nos anexos escolares que funcionam na Funase. O evento abordou avanços e desafios e teve um círculo restaurativo, alusivo à metodologia da Justiça Restaurativa, em implantação entre profissionais e adolescentes do sistema socioeducativo.

“Há quatro anos, havia um número bem menor de estudantes matriculados, e agora, vemos o salto na execução da política pública. Isso acontece porque não há equipe de uma instituição ou de outra. Somos todos executores dessa política”, destacou o chefe de unidade de Educação no Atendimento Socioeducativo da SEE, Hugo Regis, durante o Encontro de Pedagogos. “É muito importante quando o adolescente se percebe como aluno da rede estadual, como alguém que está sendo reconhecido. Isso é possível graças a essa integração. Os resultados estão aí para provar”, completou a coordenadora do Eixo Educação da Funase, Sônia Melo.

Para a superintendente da Política de Atendimento da Funase, Íris Borges, também presente ao evento, esse trabalho é fundamental para aproximar da escola adolescentes que, por vezes, vivenciaram uma relação de distanciamento da educação formal. “Há essa união de esforços e, em paralelo, temos feito o dever de casa dentro da instituição. Revisamos nosso Projeto Político-Pedagógico e temos como meta, para 2020, fazer o link entre nossos marcos legais internos e os planos operativos das unidades. Isso tudo fortalece o trabalho dos pedagogos e tem impacto no atendimento aos socioeducandos”, declarou.